



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
RESUMO DA LICITAÇÃO:.....	4
2 DO OBJETO.....	4
3 TIPO DO PREGÃO.....	5
4 DA PARTICIPAÇÃO.....	5
5 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
6 DOS ANEXOS.....	6
7 DO CREDENCIAMENTO.....	6
8 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	7
9 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.....	7
10 DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES.....	8
11 DO JULGAMENTO, NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.....	10
12 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.....	11
12.12 HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	12
12.13 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.....	12
12.14 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	12
12.15 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	14
12.16 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	14
13 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO.....	14
14 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	15
15 DO CONTRATO.....	16
16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
17 DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA DO PRODUTO.....	17
18 DO PAGAMENTO.....	18
19 DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO.....	18
20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	18
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	20
1 OBJETO.....	20
2 JUSTIFICATIVA.....	20
3 COBERTURA.....	20
4 BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE.....	21
5 DEFINIÇÕES DE BENEFICIÁRIOS.....	21
7 PLANO E DA COBERTURA DOS SERVIÇOS.....	22
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.....	41
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	42
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA.....	43



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

ANEXO V - CREDENCIAMENTO.....	44
ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	45
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.....	45
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO.....	46
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	46
CLÁUSULA QUARTA- DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	46
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO.....	46
CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	48
CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES.....	49
CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.....	50
CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO.....	50
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA.....	51
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA NOMEAÇÃO.....	51
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO.....	51
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.....	51
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS).....	52



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de assistência médica para a cobertura de serviços médico-hospitalares na segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio e diagnóstico aos servidores da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, plano coletivo empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12 (doze) meses.

**DATA DA REALIZAÇÃO:** 05/12/2024

**HORÁRIO:** 09h00

**LOCAL:** A sessão pública se dará por meio do sistema eletrônico no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

**PREGOEIRO:** Fabiano Rosa do Amaral

**EQUIPE DE APOIO:** André Luis Marques Salgado e João Rodrigo Moreira.

**APOIO TÉCNICO:** Adilson Guilherme Costa Alvarenga e Gabriel Fernando de Oliveira Leite

#### **1. PREÂMBULO**

1.1 A **CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**, com sede na Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, PINDAMONHANGABA, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.327.359/0001-34, por intermédio de seu presidente **FRANCISCO NORBERTO SILVA ROCHA DE MORAES**, torna público para conhecimento dos interessados, que no local, data e horário abaixo indicado, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de assistência médica para a cobertura de serviços médico-hospitalares na segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio e diagnóstico aos servidores da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, plano coletivo empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12 (doze) meses., conforme descrito no Anexo I, **no Termo de Referência**. O Pregão Eletrônico será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designado pelo Ato nº 01 de 03 de janeiro de 2024 e será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei 147, de 07 de agosto de 2014, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2 Após a divulgação do Edital em sítio eletrônico, os licitantes encaminharão a proposta de preço, exclusivamente por meio do sistema, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

1.3 Os documentos relativos à habilitação, solicitados neste Edital, serão exigidos na fase de habilitação apenas do licitante vencedor, conforme art. 63, II da Lei nº 14.133/2021.

1.4 As empresas que não anexarem a documentação corretamente na plataforma serão consideradas INABILITADAS. Estes documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa de lances do Pregão;

1.5 Consultas e/ou encaminhamentos deverão ser obrigatoriamente solicitados via plataforma



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

BLL no endereço [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

1.6 Os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico via chat do sistema. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. A resposta do pedido de esclarecimento será divulgada pelo sistema e vincularão os participantes e administração;

1.7 A sessão de processamento do Pregão será realizada no endereço eletrônico acima indicado, iniciando-se no dia **05/12/2024 às 09h00** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.9 Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico na documentação relativa ao certame.

1.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema BLL, poderá ser esclarecida pelo telefone: (41) 3097-4600, por chat (na página inicial do site, clicando no botão atendimento online ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

### RESUMO DA LICITAÇÃO:

**TIPO DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:** R\$ 656.639,24 (seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos).

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar 123/2006; Lei 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

**LOCAL:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

**DATA DO PREGÃO:** 05/12/2024 às 09h00.

## 2 DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de assistência médica para a cobertura de serviços médico-hospitalares na segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio e diagnóstico aos servidores da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, plano coletivo



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12 (doze) meses., conforme descrito no Termo de Referência.

### **3 TIPO DO PREGÃO**

3.1 Este Pregão Eletrônico é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**

### **4 DA PARTICIPAÇÃO**

4.1 Poderão participar da presente licitação, empresas que possuam o conjunto completo dos produtos e serviços objeto desta licitação, bem como, empresas especializadas no ramo e que satisfaçam as condições deste edital e seus anexos.

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou de Cooperativa, que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3 Não poderão disputar esta licitação:

4.3.1 Pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

4.3.2 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.3.3 Empresa ou sociedade estrangeira que não tenha sede no país;

4.3.4 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública e que não tenham, ainda, sido reabilitadas. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame.

4.3.5 Empresas com falência decretada, em recuperação judicial ou extrajudicial quando não apresentada o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor;

4.3.6 Suspensas temporariamente de participar em licitação ou impedidas de contratar com esta Administração;

4.3.7 Enquadradas nas disposições do artigo 9º, parágrafo 1º da Lei Federal 14.133/2021, ou que possuam sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada à Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba;

4.4 É vedado ao fornecedor se identificar em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.

### **5 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 O valor estimado para atender as despesas com o objeto do presente Pregão é de **R\$ 656.639,24 (seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos)**, tendo por base a realização de pesquisa de mercado.

5.2 Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexecutáveis, em relação à estimativa prévia do serviço pela Entidade de Licitação, esta poderá exigir que o licitante apresente um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

5.3 Nos preços já se encontram computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação ao objeto deste edital.

5.4 A dotação orçamentária para as despesas decorrentes da presente prestação de serviços será:

5.4.1 Funcional-Programática: **01.031.0002.2002 - Manutenção e Modernização da Câmara;**



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

5.4.2 Fonte de Recurso: **01 - Tesouro;**

5.4.3 Ficha: **11 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;**

5.4.4 Subelemento da Despesa: **3.3.90.39.50 - Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais.**

## **6 DOS ANEXOS**

6.1 São parte integrante do presente Edital os seguintes anexos:

- 1 ANEXO I – Termo de Referência (especificação do objeto e estimativa de consumo);
- 2 ANEXO II – Proposta de Preço
- 3 ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
- 4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Microempresas ou Empresas de pequeno porte ou Cooperativa;
- 5 ANEXO V – Credenciamento
- 6 ANEXO VI – Minuta de Contrato;

## **7 DO CREDENCIAMENTO**

7.1 As licitantes deverão estar previamente credenciadas junto ao órgão provedor Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), em até no mínimo 24 (vinte e quatro) horas antes do horário fixado do Edital.

7.1.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.1.3 As licitantes deverão realizar o credenciamento no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

7.2 Na aba Cadastro no sistema da BLL está disponibilizado um manual e passo a passo para cadastro no sistema.

7.3 O cadastramento do licitante será realizado acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no prego, conforme Anexo V.;
- b) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

7.4 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.5 A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, além da apresentação da declaração constante no Anexo IV para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

7.6 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear, através do instrumento de mandato previsto no Anexo V, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

7.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.8 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico;

7.9 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

7.9.1 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

7.9.2 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. Caberá ao fornecedor comunicar imediatamente ao fornecedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviolabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

## **8 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

8.1 Somente poderão participar desta licitação as empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, sendo vedada a participação de empresas com falência decretada, em recuperação judicial ou extrajudicial quando não apresentada o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os outros requisitos de habilitação econômico-financeiro estabelecido neste Edital (Súmula nº 50 do TCESP), ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

8.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e Cooperativa, que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, 06 de outubro de 2015, informando esta condição quando do preenchimento do cadastro da proposta no sistema.

## **9 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

9.1 As propostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com a descrição do objeto ofertado e com o valor do lote, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

9.2 A licitante no pregão eletrônico deverá manifestar por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação e a conformidade de suas propostas com as exigências previstas no Edital.

9.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome (RAZÃO SOCIAL), endereço, telefone, CNPJ e inscrição estadual;
- b) Número do Processo e do Pregão;
- c) Apresentar a descrição detalhada do objeto do pregão, em conformidade com as especificações contidas no **ANEXO I**, a descrição deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- d) Preços por lote, em moeda corrente nacional e em algarismos (não será admissível cotação de preços em milésimos de real, ou seja, expressão monetária inferior aos centavos) com exceção do preço global e/ou total da proposta que deverá ser em algarismos e por extenso;
- e) A proposta de preços deverá ser elaborada considerando a quantidade estipulada no Termo de Referência.
- f) Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como, por exemplo: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, seguros, cargas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transportes, custos e benefícios, tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto da presente licitação, não se responsabilizando a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba sob nenhuma delas;
- g) No caso de a proponente ofertar preços com 03 (três) ou mais casas decimais após a vírgula, serão consideradas as duas primeiras e desprezadas as demais;
- h) A apresentação da proposta comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se o licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/21.
- i) Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas não exigidas pelo presente edital;
- j) Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação da proposta comercial, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- k) O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar de sua apresentação. As propostas com prazos inferiores ao estipulado serão automaticamente DESCLASSIFICADAS.

9.4 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances;

9.5 Procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante;

## **10 DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas,





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote;

10.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9 A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor pelo mesmo licitante, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.11 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado, vedada a identificação de seu ofertante.

10.12 O tipo de Julgamento será no MODO DE DISPUTA ABERTO.

10.12.1 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

10.12.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

10.12.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa;

10.13 No caso de existir a participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou Cooperativa, que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, no certame licitatório, neste momento, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

a) Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou Cooperativa, que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, propostas apresentadas por microempresas, empresas de



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

pequeno porte e Cooperativa, que preencha as condições estabelecidas, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado. Em caso positivo, a microempresa, empresa de pequeno porte ou Cooperativa, que preencha as condições será convocada e poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 05 (cinco) minutos, sobre pena de preclusão.

b) Caso a microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou Cooperativa, que preencha as condições estabelecidas convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo estabelecido, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.14 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema;

10.15 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

10.16 Na hipótese do sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e, a mesma permaneça acessível aos demais participantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo aos atos realizados.

10.17 Quando da desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.18 Em razão do procedimento da plataforma de sistema eletrônico, havendo eventual empate entre propostas ou lances, haverá sorteio aleatório automático pela plataforma entre as propostas empatadas. Após, haverá a análise de critério de desempate previsto no art. 60, §1º, da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços produzidos.

10.18.1 No país;

10.18.2 Por empresas brasileiras;

10.18.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.18.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

## **11 DO JULGAMENTO, NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

11.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

11.2 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, definida a licitante vencedora, o Pregoeiro poderá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à redução do preço. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada.

11.4.1 O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.4.2 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, no prazo que estipular, por meio de documentação que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

11.4.3 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o Pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

11.4 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11.5 O Pregoeiro verificará os dados e informações do autor da oferta aceita;

11.6 Caso os dados e informações constantes no Cadastro de Fornecedores não atendam os requisitos estabelecidos no edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas efetuadas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Esta verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

## **12 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

12.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

12.2 A habilitação da licitante vencedora, de acordo com a documentação especificada no subitem 12.12 deste Edital, será verificada por meio dos sítios próprios disponibilizados pela Internet e da análise de documentação complementar por ela encaminhada.

12.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de até 2 (duas) horas.

12.4 A documentação relativa à Habilitação Jurídica sempre deverá ser encaminhada pela licitante, para identificar os sócios/representantes que subscrevem a proposta e demais documentos por ela emitidos.

12.5 Caso os documentos não sejam subscritos por seus sócios ou diretores, assim indicados nos respectivos atos constitutivos, a licitante deverá apresentar, também, os instrumentos de mandato outorgando poderes aos subscritores.

12.6 Caso os dados e informações constantes na BLL não atendam aos requisitos exigidos no subitem 12.12 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

12.7 O Pregoeiro e sua equipe de apoio alcançarão os documentos exigidos no item 12.12 deste



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

Edital, por meio eletrônico, aqueles assim disponibilizados, devendo a licitante encaminhar pelo sistema BLL os demais documentos não emitidos via Internet.

12.8 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos, observado o prazo estipulado no subitem 12.3.

12.9 A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem às cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios.

12.10 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

12.11 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados:

### **12.12 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

12.12.1 Registro Comercial no caso de empresa individual;

12.12.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade compatível com a natureza e objeto da licitação;

12.12.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

12.12.4 Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

### **12.13 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

12.13.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

12.13.1.2 Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual (Débitos Tributários da Dívida Ativa e Débitos Tributários Não inscritos na Dívida Ativa) e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

12.13.1.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

12.13.1.4 Prova de regularidade relativa com a Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND junto ao INSS;

12.13.1.5 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF – Certidão de Regularidade do FGTS.

12.13.1.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011.



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### **12.14 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

12.14.1 Certidão negativa de falência e Concordata de processo de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes.

12.14.2 Havendo registro de processo de recuperação judicial, deverá a licitante que nesta hipótese incorrer, apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, para fins de sua habilitação neste item, de acordo com a Súmula n.º 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

12.14.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

12.14.4 Os documentos referidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.14.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.14.6 Para comprovação da situação financeira da empresa deverá apresentar declaração, assinada por CONTADOR com seu respectivo CRC, mediante a apresentação de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

12.14.6.1 Comprovação da boa situação financeira da licitante, por meio da avaliação, conforme o caso, do balanço referido no subitem 12.14.3 cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.14.6.2 Os índices relacionados no subitem 12.14.6.1, serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.

12.14.6.3 A licitante deverá apresentar resultado igual ou maior que 01 (um), no cálculo de todos os índices referidos, para ser considerada habilitada no quesito Qualificação Econômico-financeira.





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### **12.15 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.15.1 Atestado(s) de desempenho anterior, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando que a licitante tenha executado serviços, referente à prestação de serviços aos descritos no objeto desta licitação, em quantidades de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida, permitida a somatória de atestados para atingir o percentual.

12.15.2 O(s) atestado(s) deverá (ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente, bem como, nome, cargo do signatário e seu endereço completo.

### **12.16 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

12.16.1 Os anexos de responsabilidade dos licitantes deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante com **assinatura eletrônica, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020**, ou assinatura manuscrita.

### **13 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

13.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.2 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.3 Estando a documentação de habilitação da Licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

13.4 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e concederá prazo de até 2 (duas) horas para juntada dos documentos de habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

13.4.1 Na situação a que se refere este item, o Pregoeiro deverá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

13.5 Estando a documentação de habilitação da Licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

13.6 A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanar falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste edital mediante a apresentação de documentos, através do sistema eletrônico, ou por correio eletrônico, sendo este autorizado pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no prazo de até 2 (duas) horas.

13.7 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, sendo de inteira responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e os manter atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

13.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

13.8 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9 Após a entrega de documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.9.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

### **14 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 Até 03 (três) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, mediante petição dirigida ao Pregoeiro e apresentada via plataforma BLL Compras e deverão observar o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar cópia digitalizada dos seguintes documentos:

14.2.1 Do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

14.2.2 Do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

14.2.3 Caberá ao Pregoeiro manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação (ões), proferindo sua decisão até 3 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura do certame.

14.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas será designado nova data para a realização do certame.

14.4 A impugnação, feita tempestivamente pela LICITANTE, não a impedirá de participar deste Pregão.

14.5 A decisão sobre a impugnação será publicada na plataforma BLL Compras e, posteriormente, no Portal Oficial da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

14.6 Os pedidos de impugnações bem como as respectivas respostas serão divulgados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

14.7 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.7.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.7.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **15 DO CONTRATO**

15.1 Ficam estabelecidos o prazo de até 03 (três) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação e publicação, para que a licitante vencedora assine o instrumento de contrato ou retire o documento equivalente;

15.2 Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem ou produto deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob pena de a contratação não se concretizar.

15.3 Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

### **16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

16.3 Os procedimentos para aplicação de advertência, multas relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, bem como demais penalidades, serão conduzidos no âmbito do órgão contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, respeitados o contraditório e ampla defesa.

16.4 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.4.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

16.4.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.4.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.4.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.4.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.4.2.4. Deixar de apresentar amostra;



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

- 16.4.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.4.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.4.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.4.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 16.4.5. Fraudar a licitação;
- 16.4.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 16.4.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.4.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.4.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.4.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.4.6.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 16.5. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 16.5.1. advertência;
- 16.5.2. multa;
- 16.5.3. impedimento de licitar e contratar e
- 16.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.6. na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 16.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 16.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **17 DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA DO PRODUTO**

17.1 O prazo e condição de entrega deverá ser realizada na forma estipulada pela Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba neste edital e anexos do pregão nº 04/2024 conforme o Termo de Referência.

17.2 Correrão por conta da licitante vencedora todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e os demais que forem necessários, decorrentes da entrega do objeto ora licitado e as entregas deverão ocorrer sem



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

prejuízo dos serviços normais da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

17.3 Realizada entrega, essa será recebido:

17.3.1 Provisoriamente - para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação contida no Termo de Referência ANEXO I;

17.3.2 Definitivamente - após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, que ocorrerá expressa ou tacitamente, depois da data do recebimento provisório.

17.4 Fica assegurado à Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto do contrato em desacordo com as especificações exigidas no edital e seus anexos do pregão nº 04/2024, ficando a licitante vencedora obrigada a substituir e/ou reparar os serviços irregulares no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, providenciando a readequação dos mesmos, acatando as determinações efetuadas pela Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

17.4.1 Serão de responsabilidade da licitante vencedora do certame todos os serviços correlatos essenciais para a execução dos mesmos.

17.5 Ocorrendo qualquer problema, a licitante vencedora deverá comunicar imediatamente por escrito à Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

## **18 DO PAGAMENTO**

18.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 10 (dez) dias** após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, que deverá ser emitida em nome da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

18.2 Havendo erro na NFe ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da NFe será suspensa para que a licitante contratada adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da NFe.

18.3 Quaisquer pagamentos não isentarão a licitante contratada das responsabilidades contratuais.

18.4 Caso a licitante contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

## **19 DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

19.1 O Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba poderá revogar a presente licitação desde que presentes razões relevantes de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## **20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2 A simples participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

20.3 O órgão licitante poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes a sua abertura, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado. Em ambos os casos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.4 O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no diário oficial.

20.5 Em caso de alteração do texto do edital e de seus anexos que afete a documentação a ser apresentada ou formulação da proposta será restituída na íntegra o prazo de divulgação antes concedido.

20.6 Não será exigida a prestação de garantia para as contratações resultantes desta licitação.

20.7 É permitida a qualquer licitante o conhecimento dos termos do processo licitatório na íntegra, verificação “in loco” e a qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante pagamento dos emolumentos devidos.

20.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.9 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Pindamonhangaba - SP.

Pindamonhangaba, 14 de novembro de 2024.

**FRANCISCO NORBERTO SILVA ROCHA DE MORAES**

Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS para a prestação de assistência médica para a cobertura de serviços médico-hospitalares na segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio e diagnóstico aos servidores da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, plano coletivo empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12 (doze) meses;

1.2 O produto contratado deverá dispor de registro ativo e regular junto à ANS, nos termos do artigo 11 da Resolução Normativa ANS nº 85/2004, condição esta que deverá ser mantida durante toda a contratação.

1.3 Deverá atender a cobertura mínima estabelecida pela Lei Federal nº 9.656/98 e alterações e rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e suas atualizações, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, Resolução nº 08/23 da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, Lei Complementar nº 123/06, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

1.4 A participação dos servidores ao presente plano poderá sofrer acréscimos ou decréscimos, em razão de admissão e exoneração de servidores, adesão ou exclusão de dependentes, até o limite mínimo previsto pela Lei de Licitações, não havendo, contudo, limite máximo de participantes.

#### 2 JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação de Plano de Saúde visa atender à necessidade de prover assistência à saúde para os servidores públicos, de forma a garantir qualidade de vida, bem-estar e redução de absenteísmo, proporcionando segurança e proteção na área de saúde. Tal benefício é essencial para manter a motivação e produtividade dos servidores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável e eficiente.

#### 3 COBERTURA

3.1 A cobertura será automática e sem carência a todos os beneficiários indicados pela Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, tanto os dos atuais planos de saúde como aqueles que vierem a adquirir o direito, em qualquer época da vigência do contrato, respeitados os prazos de inscrição dispostos na legislação específica.





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### 4 BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE

4.1 Serão incluídos todos os servidores indicados pela Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, mediante a entrega de cópia dos documentos pessoais comprobatórios, inclusive os relacionados aos dependentes, conforme especificação e exigência da ANS.

### 5 DEFINIÇÕES DE BENEFICIÁRIOS

5.1 Para efeito desta contratação ficam os usuários definidos conforme a RN 557/2022 da ANS, a saber:

#### 5.1.1 Beneficiários Titulares:

Servidores ativos (efetivos e comissionados).

#### 5.1.2 Beneficiários Dependentes:

- a) Cônjuge ou companheiro, inclusive o resultante de união homoafetiva na forma da Súmula Normativa nº 12 da ANS, da Súmula 282 do STF, do Artigo 1.723 do Código Civil Brasileiro e do Artigo 226 da Constituição Federal;
- b) Filho, natural ou adotivo, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos;
- c) Menor que, por determinação judicial, se ache sob a guarda ou tutela do beneficiário titular;
- d) Enteado(as), menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos, desde que dependam financeiramente do titular;
- e) Filhos(as), enteado(as) ou pessoas que, quando menores, estiveram sob a guarda ou tutela do titular, solteiros(as), com idade entre 21 (vinte e um) e 24 (vinte e quatro) anos, desde que dependam financeiramente do titular e estejam matriculados em curso de ensino superior ou escola técnica de 2º grau;
- f) Curatelados, desde que o titular do plano detenha a curatela;
- g) Os filhos portadores de necessidades especiais de qualquer idade.

5.1.3 Incorrerá em falta grave o beneficiário titular que prestar informações incorretas ou falsas, visando beneficiar-se da assistência concedida, respondendo civil e criminalmente pelos seus atos.

### 6 MORTE OU EXONERAÇÃO DO TITULAR DO PLANO

6.1 Em caso de exoneração, exceto a bem do serviço público, ou óbito do titular, seus dependentes permanecerão no gozo do plano de saúde pelo período previsto na RN 488/2022 da ANS c/c artigos 30 da Lei Federal 9.656/98, sem qualquer subsídio por parte da Câmara.

6.2 Os beneficiários titulares serão excluídos do Plano de Saúde:

- a) Morte;



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

b) Exoneração ou demissão.

6.3 Os beneficiários dependentes serão excluídos do contrato:

- a) Por perda da condição de beneficiário titular por aquele de quem dependam;
- b) Por morte;
- c) Por deixar de atender a qualquer uma das condições de elegibilidade previstas no

### **Subitem 5.1.2**

6.4 Caberá ao beneficiário titular comunicar ao Departamento de Recursos Humanos o óbito do dependente ou a descaracterização de qualquer condição de dependência.

6.5 As inclusões e exclusões de beneficiários realizadas no decorrer da execução contratual serão processadas pela Contratada ao final de cada mês, passando a vigorar a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente.

## **7 PLANO E DA COBERTURA DOS SERVIÇOS**

7.1 No ingresso ao plano, a Contratada deverá fornecer ao usuário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis e sem qualquer custo para a Contratante ou para o beneficiário:

7.2 O cartão físico de identificação individual para utilização da rede assistencial, sendo garantido, até a disponibilização da credencial, o atendimento mediante a apresentação de número/código do usuário ou de documento de identificação pessoal.

7.3 O Manual de Orientação previsto na Resolução Normativa ANS nº 195/2009, em meio físico e/ou eletrônico.

7.4 Durante a vigência do benefício, em caso de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições no cartão de identificação individual, a Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis da solicitação do beneficiário para disponibilizar outra via, também sem qualquer custo.

7.5 O padrão de internação deverá ser em “quarto coletivo” com banheiro privativo ou superior acomodação tipo enfermaria.

7.6 A empresa fornecedora deve disponibilizar os serviços de atendimento médico-hospitalares e ambulatoriais e demais serviços correlatos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

7.7 O atendimento em caso de urgência e emergência deverá ter, necessariamente, cobertura nacional.

**7.8 Serviços cobertos em rede credenciada/referenciada ou cooperada SEM limitação de quaisquer procedimentos:**

7.8.1 Assistência médica de rotina, de emergência ou de urgência, em consultórios, hospitais, prontos-socorros, clínicas médicas ou ambulatórios livremente escolhidos dentre os fornecidos pelo plano, nas patologias reconhecidas pela Classificação Estatística Internacional de Doenças



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

(CID) e de Problemas Relacionados com a Saúde, da OMS – Organização Mundial da Saúde ou outra classificação que venha a substituí-la, no decorrer da vigência do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 9.656/98, com as alterações posteriores e demais Regulamentações Complementares da ANS, mediante a apresentação da credencial do Plano de Saúde e um documento de identificação;

7.8.2 Consultas eletivas em consultórios, clínicas e ambulatórios especializados, cirurgias, procedimentos médicos de pequeno porte, exames laboratoriais e serviços de apoio diagnóstico, tratamento e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, nas especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

7.8.3 7.8.3 Transplantes e implantes previstos na Lei 9.656/98, incluindo: despesas assistenciais com doadores vivos, despesas com captação, transporte e preservação do órgão e acompanhamento clínico (RN 465/2021);

7.8.4 7.8.4 Cirurgias oftalmológicas ambulatoriais listadas no Anexo I da RN 465/2021;

7.8.5 7.8.5 Cirurgia de esterilização masculina e feminina;

7.8.6 7.8.6 Atendimento em Hospital-Dia para tratamento de transtornos mentais e dependência química.

### 7.9 **Serviços cobertos durante a hospitalização (sem limites de coberturas):**

7.9.1 Internação em hospitais credenciados/referenciados ou cooperados, em número ilimitado de dias;

7.9.2 Diárias de hospitalização;

7.9.3 Alimentação com serviços dietéticos;

7.9.4 Taxas de internação ou de sala de operação cirúrgica, de parto ou gesso;

7.9.5 Materiais, nos termos da Lei Federal 9656/98, RN 465/2021 e posteriores;

7.9.6 Órteses e Próteses, nos termos da Lei Federal 9656/98, RN 465/2021 e posteriores;

7.9.7 Serviços gerais de enfermagem;

7.9.8 Todos os exames laboratoriais, especializados ou complementares necessários para o diagnóstico, em conformidade com a Lei 9.656/98 e de acordo com o Rol de Procedimentos Médicos estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

7.9.9 Serviços de anestesiistas e instrumentador (quando assim fizer parte do protocolo) em operação cirúrgica ou parto;

7.9.10 Medicamentos, anestésicos, oxigênio, transfusão de sangue e seus derivados, bem como todo o material que se fizer necessário durante o período de internação;

7.9.11 Despesas incluindo alimentação e acomodação do acompanhante em casos de internação de crianças e adolescentes menores de 18 anos, idosos a partir de 60 anos de idade e pessoas com deficiência;

7.9.12 Despesas incluindo paramentação, acomodação e alimentação do acompanhante



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

indicado pela mulher durante: pré-parto, parto e pós-parto imediato, entendido como período que abrange dez dias após o parto, salvo intercorrências, a critério médico;

7.9.13 Todos os serviços de UTI/CTI, sem limite de cobertura de diárias.

7.9.14 Cobertura de cirurgia plástica reparadora de órgãos e funções, conforme diretrizes de utilização estabelecidas pela ANS.

### 7.10 Tratamentos de transtornos psiquiátricos:

7.10.1 Respeitando o mínimo assegurado na legislação regulamentar, custeio integral de pelo menos 30 (trinta) dias de internações psiquiátricas. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de internação, o custeio será parcial, com coparticipação de 50%, por ano de contrato.

7.10.2 O plano deverá cobrir o atendimento em hospital psiquiátrico, ou em unidade de terapia psiquiátrica em hospital geral, para benefício do portador de transtornos psiquiátricos em situação de crise;

7.10.3 O atendimento psiquiátrico deverá cobrir também consultas; serviços ambulatoriais, inclusive hospital/dia; atendimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos, incluindo os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões autoinfligidas, sem limitação de prazos, valores e quantidades (mínimas e máximas).

7.10.4 A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, o credenciamento de, no mínimo, 1 (uma) entidade especializada para os tratamentos mencionados nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.3.

### 7.11 Serviços auxiliares:

7.11.1 Todos os serviços auxiliares (avaliação e tratamento) reconhecidos como tal pela Lei 9.656/98 e regulamentados pelas resoluções normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, durante a vigência do contrato, inclusive os a seguir especificados:

- l) Litotripsia;
- m) Implantação de marca-passo ou substituição de geradores;
- n) Implantação de dispositivo intra-uterino;
- o) Tratamento de hepatite;
- p) Hemodiálise e diálise peritoneal – CAPD;
- q) Quimioterapia oncológica ambulatorial;
- r) Fornecimento de medicamentos neoplásicos para uso domiciliar;
- s) Procedimentos radioterápicos;
- t) Hemoterapia ambulatorial;
- u) Radiologia intervencionista;
- v) Exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;
- w) Nutrição parenteral ou enteral;
- x) Procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica;



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

- y) Procedimentos de reeducação e reabilitação física;
- z) Sessões de psicoterapia/terapia ocupacional nos termos da RN 469/2021;
- aa) Sessões com fonoaudiólogo nos termos da RN 469/2021;
- bb) Geriatria e Puericultura.

### **7.12 Remoção inter-hospitalar:**

7.12.1 A remoção do beneficiário será efetuada entre hospitais, em todo o território nacional, quando solicitada e justificada pelo médico responsável, motivada por evento coberto pelo contrato, e se dará em unidades móveis, devidamente equipadas, nos padrões simples ou UTI, a depender do estado de saúde do paciente e da recomendação da equipe médica.

7.12.2 Por ocasião da assinatura do contrato, a remoção dos pacientes que se encontrarem internados deverá se dar, às expensas da CONTRATADA, em ambulância simples ou UTI (a depender do estado de saúde do paciente e da recomendação da equipe médica), sem ônus para a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

7.12.3 O beneficiário será transferido para unidade hospitalar credenciada/referenciada ou cooperada em condições de prestar a continuidade do tratamento.

### **7.13 Serviços complementares de assistência:**

7.13.1 Prestação de Assistência Médica aos Acidentados do Trabalho, sem qualquer tipo de carência e que compreenderá:

- a) serviços ambulatoriais, cirúrgicos e hospitalares, durante o período de pronto atendimento e internação, previstos na legislação reguladora do Seguro do Trabalho e demais normais pertinentes;

7.13.2 Serviços especializados em reabilitação global do indivíduo, nas especialidades de fisioterapia, ortopedia, cardiologia e neurologia, adulto e infantil, de acordo com o Rol de Procedimentos de ANS vigente e respeitando as diretrizes de utilização de cada procedimento:

- a) Fisioterapia, mediante prescrição médica;
- b) Acupuntura;
- c) Psicologia (individual ou em grupo), mediante prescrição médica;
- d) Fonoaudiologia (individual ou em grupo), mediante prescrição médica;
- e) Tratamento de moléstias congênitas e hereditárias;
- f) Serviços de prótese e órtese, desde que seja inerente ao ato cirúrgico;
- g) Atendimento e tratamento das moléstias infectocontagiosas (inclusive as de notificação compulsória), relacionadas no CID-10- Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde;
- a) Nutricionista, mediante prescrição médica.

7.14 O rol acima não é taxativo, a CONTRATADA deverá seguir o rol de procedimentos da Resolução Normativa nº 465 de 24 de fevereiro de 2021 e 469 de 09 de julho de 2021 e suas



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

alterações posteriores.

### 7.15 Reembolso em casos de urgência e emergência:

7.15.1 A CONTRATADA assegurará o reembolso, no limite das obrigações contratuais, ou seja, todos os procedimentos listados e divulgados pela Agência Nacional de Saúde – ANS- vigentes no período das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, nos casos de urgência ou emergência, quando, ao beneficiário/participante, não foi possível a utilização de serviços próprios ou contratados ou credenciados pela operadora.

7.15.2 O reembolso de que trata item 7.11.1 será realizado com base nos valores da “Tabela de Referência”, que é a tabela de procedimentos e respectivos valores utilizada pela CONTRATADA para pagamento de seus prestadores, vigente na data do pagamento e deverá ser disponibilizada, pela operadora, aos participantes do plano/beneficiários para fins de consulta.

7.15.3 A CONTRATADA deverá efetuar o reembolso no prazo, no máximo, de 30 (trinta) dias, contados da apresentação dos seguintes documentos originais:

- a) Solicitação de reembolso através de preenchimento de formulário próprio;
- b) Relatório do médico, declarando o nome do paciente, descrição do tratamento e respectiva justificativa dos procedimentos realizados, data do atendimento e, quando for o caso, período de permanência no hospital e data da alta hospitalar, CID da doença;
- c) Extrato de despesa hospitalar especificando quantidade e tipo de materiais e medicamentos consumidos, preferencialmente com preço por unidade, juntamente com notas fiscais ou faturas ou recibos do hospital do atendimento;
- d) Recibos individualizados de honorários dos médicos assistentes, auxiliares e outros, com os respectivos CRM'S, discriminando funções e evento a que se referem;
- e) Comprovantes relativos aos serviços de exames complementares de diagnóstico e terapia e serviços auxiliares, acompanhados do pedido médico e exame anátomo patológico decorrente do procedimento cirúrgico, se houver;
- f) Fixação de prazo, mínimo, de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de ocorrência do evento de urgência e emergência, para que o beneficiário possa solicitar o reembolso das despesas por ele suportadas.

## 8 SERVIÇOS NÃO COBERTOS

8.1 Excluem-se dos serviços, objeto desta Licitação:

- a) Tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais;
- b) Procedimentos clínicos e cirúrgicos para fins estéticos;
- c) Inseminação artificial;
- d) Prova de paternidade;
- e) Tratamento de rejuvenescimento ou emagrecimento com fim estético;





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

- f) Tratamento em SPAs, clínicas de repouso, clínica de idosos;
- g) Medicamento importado não registrado na ANVISA;
- h) Especialidade odontológica, exceto cirurgia buco-maxilar;
- i) Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto legal e/ou médico ou não reconhecido pelas autoridades competentes;
- j) Nas internações hospitalares, as dietas e os produtos não prescritos pelo médico assistente; enfermagem em caráter privado; produtos de higiene/toalete e serviços extraordinários não relacionados com o pagamento.

### 9 PRAZOS MÁXIMOS DE ATENDIMENTO

9.1 A CONTRATADA deverá garantir o atendimento do beneficiário nos prazos máximos estabelecidos na RN 566/2022, e futuras alterações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

9.2 A autorização para cirurgias eletivas será expedida em conformidade com os prazos da RN 566/2022.

9.3 A autorização para internação em urgência e emergência deverá ser expedida nos prazos da RN 566/2022, sem prejuízo do tratamento ao paciente que não deverá sofrer solução de continuidade em caso de atraso de pagamento.

### 10 ACESSO A LIVRE ESCOLHA DE PRESTADORES

10.1 O plano de saúde contratado contará com sistema de acesso a livre escolha de prestador não participante da rede assistencial, sendo esta opção de atendimento aplicada a todos os procedimentos e eventos com cobertura contratual.

### 11 DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR FAIXA ETÁRIA

11.1 O número estimado de beneficiários é de 57 (cinquenta e sete), considerando os beneficiários titulares, distribuídos conforme tabela abaixo:

Faixa Etária	Servidores Titulares
Até 18 anos	00
De 19 a 23	00
De 24 a 28	01
De 29 a 33	06
De 34 a 38	05
De 39 a 43	10
De 44 a 48	16
De 49 a 53	08



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

De 54 a 58	05
Acima de 59	06
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>

11.2 A tabela com as respectivas faixas etárias poderá sofrer alterações até o início da vigência do contrato, em decorrência de atualização de dados e inclusão de novos titulares e seus dependentes.

## 12 IMPLANTAÇÃO E SUPORTE

12.1 A CONTRATADA deverá dispor de equipe especializada para oferecer todo o suporte, inclusive implantação, e posteriormente, a manutenção e gerenciamento do plano, oferecendo canal de comunicação contínuo durante a vigência do contrato.

## 13 CENTRAL DE ATENDIMENTO E DO GERENTE DE RELACIONAMENTO

13.1 A CONTRATADA deverá possuir Central de Atendimento e/ou aplicativo de gerenciamento do plano, para informar sobre locais para a realização de exame laboratorial especializado ou complementar não constante do site da rede credenciada/referenciada ou cooperada; atendimento de urgência e/ou emergência em pronto-socorro ou hospital; autorização para a realização de procedimentos cirúrgicos em hospitais, consultórios/ambulatórios e clínicas; internação eletiva de urgência e/ou emergência; serviços de remoção em unidades móveis equipadas nos padrões simples ou UTI em todo o território nacional.

13.2 A CONTRATADA deverá nomear um Gerente de Relacionamento para atender à Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, sendo de sua responsabilidade a resolução das demandas não solucionadas pela Central de Atendimento, tais como, autorizações de exames, consultas e cirurgias, internações, remoções, esclarecimento de dúvidas e outras decorrentes da execução do objeto.

13.3 O prazo de devolutiva do Gerente de Relacionamento não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação da CONTRATANTE por e-mail, telefone ou aplicativo de comunicação.

13.4 A CONTRATADA deverá PRIORIZAR o atendimento em caso de internação do beneficiário.

13.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter atualizada para consulta “online”, rede credenciada e outras informações relevantes em portal da operadora, possibilitando o acesso dos beneficiários através da internet.



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### 14 PESQUISA DE SATISFAÇÃO

14.1 A CONTRATANTE poderá realizar pesquisa de satisfação juntos aos beneficiários, a qual poderá se dar de forma anônima e será encaminhada para a CONTRATADA para conhecimento e providências cabíveis.

14.2 Uma vez em posse da pesquisa, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias para manifestar-se sobre as providências e prazos necessários a solução dos questionamentos.

### 15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Todos os pagamentos de tributos, fretes, aluguel de equipamentos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir na prestação dos serviços, principalmente, observadas as normas regulamentadoras e a legislação vigente, são de responsabilidade da CONTRATADA.

### 16 MECANISMOS DE REGULAÇÃO

16.1 Os serviços diagnósticos, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais poderão ser solicitados por profissional habilitado, não podendo haver restrição aos não pertencentes à rede própria ou contratada da Operadora.

16.2 A Contratada deverá disponibilizar e manter atualizados em tempo real os dados de sua rede assistencial para consulta em seu portal corporativo na Internet, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 285/2011 e futuras alterações, sendo garantido ao beneficiário o direito de receber guia impresso de prestadores sempre que solicitado.

16.3 Eventual alteração na rede hospitalar observará o disposto no artigo 17 da Lei 9656/1998, com a comunicação prévia nos casos de substituição de rede hospitalar ou autorização da ANS nos casos de redimensionamento por redução de rede hospitalar, observadas ainda as condições previstas no **Item 19** para a alteração da rede assistencial mínima.

16.4 Será vedado à Operadora direcionar o atendimento para prestador preferencial ou integrante de sua rede própria, exceto em local onde esta seja a única forma de atendimento.

16.5 Será vedada a aplicação de mecanismos de regulação, como autorizações prévias, que impeçam ou dificultem o atendimento em situações caracterizadas como de urgência ou emergência.

16.6 Poderá ser exigida autorização prévia para a realização de procedimentos especiais em caráter eletivo, desde que os beneficiários sejam devidamente informados quanto à rotina para obtenção e que sejam cumpridos os prazos de atendimento previstos na Resolução Normativa ANS nº 259/2011 ou outra que venha a alterá-la ou a substituí-la.

16.7 As divergências técnico-assistenciais sobre procedimento ou evento em saúde a ser



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

coberto pelo plano deverão ser dirimidas por junta médica constituída nos limites, condições e prazos estabelecidos na Resolução Normativa ANS nº 424/2017, ou outra que venha a alterá-la ou a substituí-la.

16.8 Não será admitida a exigência de qualquer tipo de mecanismo financeiro de regulação, como franquia ou coparticipação.

### 17 FORMAÇÃO DE PREÇO E MENSALIDADE

17.1 O contrato terá sua formação de preço preestabelecida, por beneficiário, sendo o pagamento realizado no mês subsequente à prestação dos serviços, com base no total de beneficiários e no período de cobertura assistencial.

17.2 Após o término de cada período mensal, a Contratada elaborará relatório, indicando os beneficiários vinculados ao contrato na competência analisada e os valores individuais apurados, além do valor total.

17.3 Para cálculos pro rata será considerado o mês comercial (30 dias).

### 18 REAJUSTE

18.1 Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, relacionada a reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início dos serviços ou do último reajuste.

18.2 Os preços praticados no contrato serão reajustados financeiramente pelo **IPC - Saúde, divulgado pela FIPE**, visando à compensação das perdas decorrentes da inflação.

18.3 O Reajuste Técnico visará à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial e será aplicável quando a Sinistralidade (relação entre a despesa assistencial e a receita de contraprestação pecuniária) acumulada no período de 12 meses, contados da data de início dos serviços ou do último reajuste, ultrapassar os 70% (setenta por cento).

18.4 O reajuste técnico será apurado pela seguinte fórmula:

$$S = \Sigma Ga / \Sigma Rc$$

$$IR = [(S / 0,70) - 1] * 100$$

Em que:

S = Sinistralidade

Ga = Gastos assistenciais incorridos pela contratada no período analisado.

Rc = Receita de contraprestação pecuniária recebida pela Contratada no período analisado.

IR = Índice de Reajuste.

0,70 = Limite de sinistralidade.

18.5 Para fins de apuração da sinistralidade, a receita de contraprestação pecuniária será



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

reconhecida de acordo com o período de vigência da cobertura assistencial e a despesa assistencial de acordo com a data de atendimento, independentemente da data de pagamento (regime de competência).

18.6 Caberá à Contratada a iniciativa revisional por Reajuste Técnico, devendo a solicitação contemplar a memória de cálculo e o demonstrativo da receita e das despesas assistenciais, por evento, consideradas para o cálculo da sinistralidade.

18.7 A Câmara de Vereadores poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais quanto aos eventos considerados para a apuração da sinistralidade.

### 19 REDE ASSISTENCIAL MÍNIMA

19.1 A Operadora deverá manter durante a contratação, hospitais da rede assistencial para pronto atendimento e internação em Pindamonhangaba, **obrigatoriamente 01 (um)** dentre os relacionados a seguir:

#### Pindamonhangaba

Hospital 10 de Julho de Pindamonhangaba

Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba

19.2 A Operadora deverá manter durante a contratação, hospitais da rede assistencial para pronto atendimento e internação na cidade de Guaratinguetá, sendo pelo menos **01 (um)** dentre os relacionados a seguir:

#### Guaratinguetá

Hospital e Maternidade Frei Galvão

Hospital CEPOG Guaratinguetá

Santa Casa de Misericórdia Guaratinguetá

19.3 A Operadora deverá manter durante a contratação, hospitais da rede assistencial para pronto atendimento e internação na cidade de Taubaté, sendo pelo menos **02 (dois)** dentre os relacionados a seguir:

#### Taubaté

Hospital Regional do Vale do Paraíba

Hospital Vale Paraibano De Cirurgias

Hospital e Mater Policlin



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

Instituto de Cirurgia e Angiologia Vascular  
Hospital Ubarana - Medicina Integrada

19.4 A Operadora deverá manter durante a contratação, hospitais da rede assistencial para pronto atendimento e internação na cidade de Caraguatatuba, sendo pelo menos **01 (um)** dentre os relacionados a seguir:

### **Caraguatatuba**

H Stella Maris  
CM São Camilo  
Santos Dumont Hospital  
HOC- Hospital de Olhos e Clínicas

19.5 A Operadora deverá manter durante a contratação, hospitais da rede assistencial para pronto atendimento e internação na cidade de São José dos Campos, sendo pelo menos **05 (cinco)** dentre os relacionados a seguir:

### **São José dos Campos**

Hospital Vivalle: Maternidade, Pronto Atendimento, Emergência, UTI  
Hospital Regional de São José Dos Campos  
Santos Dumont Hospital  
Hospital Policlin São José dos Campos  
Santa Casa de São José dos Campos  
Hospital PIO XII  
Gacc – Grupo de Assistência à Criança Com Câncer  
Cardiovale SJC – Instituto De Cardiologia do Vale Do Paraíba  
Hospital de Olhos do Vale  
Associação Instituto Chuí de Psiquiatria  
Policlin Saúde São José dos Campos  
Centro Médico Vivalle: Consultas, Centro Médico, Multiclínica, Clínica Médica  
Hospital ORTO  
Hospital Antoninho  
Hospital Infantil Prontil

19.6 A Operadora deverá manter durante a contratação, hospitais da rede assistencial para pronto atendimento e internação na cidade de Jacareí, sendo pelo menos **01 (um)** dentre os





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

relacionados a seguir:

### Jacareí

Hospital de Clínicas Antônio Afonso

Hospital Alvorada

Hospital Santa Casa De Misericórdia

19.7 A Operadora deverá manter, durante a contratação, laboratórios da rede assistencial para prestação de serviços de apoio diagnóstico na cidade Pindamonhangaba, **obrigatoriamente, 13 (treze)** dentre os relacionados a seguir:

### Pindamonhangaba

Laboratório CEDLAB – Análises Clínicas e Exames

Laboratório Citologus

Laboratório de Análises Clínicas Oswaldo Cruz

Unicard Centro Diagnóstico

Lacio Laboratório | Especialização em Prevenção do Câncer ...

Laboratório 10 de Julho

Laboratório Mil - Laboratório de Medicina Integrada

Laboratório de Exames | Plani Inteligência Diagnóstica

IPRO

Wk Diagnose - Unidade Pinda

Healthclin Centro Medico (Muragaki Serviços Médicos Ltda)

Clínica Mátria – Consultórios De Especialidades Médicas ...

Health Clin – Centro Médico

Clínica Unicard

Clínica Eterna | Home

Clínico Geral Em Pindamonhangaba - Sp

Clinica Santa Clara Nefrologia

Basler Oftalmologia Clinica E Cirurgica Ltda

Novaclin Clinica Vascular

Clinica Futura - Otoderma

Oto - Rhinos Clin Servicos Medicos Clinica

Nefrovale

Tutihashi Servicos Medicos

Oto - Rhinos Clin Servicos Medicos



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

Clinica Santa Luzia

19.8 A Operadora deverá manter, durante a contratação, laboratórios da rede assistencial para prestação de serviços de apoio diagnóstico na cidade de Guaratinguetá, sendo pelo menos **07 (sete)** dentre os relacionados a seguir:

### **Guaratinguetá**

Laboratório Vital Brasil

FG Laboratório

Laboratório Oswaldo Cruz

Cepac Laboratórios

Guaraclin

Intervalemed – Centro Médico Integrado

Humaniclin especialidades médicas

Cardiocenter – Centro Diagnóstico Cardiológico de Guaratinguetá

Instituto Santa Rosa Medicina diagnóstica

Gastroclínica Guaratinguetá

Clínica Grupo Iovale

Clínica Selles

Clínica de Olhos Frei Glvão

Clínica Barros

Clínica Bonaldi

19.9 A Operadora deverá manter, durante a contratação, laboratórios da rede assistencial para prestação de serviços de apoio diagnóstico na cidade de Lorena, sendo pelo menos **03 (três)** dentre os relacionados a seguir:

### **Lorena**

Laboratório Vital Brasil

FG Laboratório

Cepac Laboratórios

Clínicas Médica e Laboratórios

Cardiolife – Clínica Cardiológica do Vale do Paraíba

Alus Medicina Diagnóstica

MedCenter Lorena



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

Instituto Santa Rosa Medicina diagnóstica

Clínica Andrade

Clínica Radiológica Lorena

19.10A Operadora deverá manter, durante a contratação, laboratórios da rede assistencial para prestação de serviços de apoio diagnóstico na cidade de Taubaté, sendo pelo menos **10 (dez)** dentre os relacionados a seguir:

### **Taubaté**

Laboratório Mil - Laboratório de Medicina Integrada

Laboratório SACE Taubaté - Serviço de Análises Clínicas Especializadas

Laboratório Oswaldo Cruz - Taubaté | Tradição e Seriedade à ...

Pro-Exame - Taubaté

Cedlab Taubaté

Laboratório São Lucas - Taubaté

Sabin Diagnóstico e Saúde: Laboratório em Taubaté SP

Laboratório de Análises Clínicas Doutor Lab

Laboratorio Acta

Laboratorio Sabin

Laboratório de Análises Clínicas Emílio Ribas - Taubaté

Anestcenter Servicos De Anestesia Clinica

Centro Medico Ng Clinica

Zentor Clinic Endoscopia Clinica

Chiba Medical Corporation Medicina Especializada

Clinica De Hematologia E Pneumologia

Clinica Voce - Serviços Medicos Ltda

Ciam - Clinica Infantil

Davita Tratamento Renal

Centro Medico Ng Clinica

Clinica Ver e Crescer Infantil

Duoclin Sc Ltda Clinica

Clínica Leve Vida

Hoc - Hospital De Olhos E Clínicas

Clinica De Urologia Renos Taubaté

Clinica Vida Vale

Santa Casa de Taubaté



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### Osteocenter sobre ossos

19.11 A Operadora deverá manter, durante a contratação, laboratórios da rede assistencial para prestação de serviços de apoio diagnóstico na cidade de São José dos Campos, sendo pelo menos **10 (dez)** dentre os relacionados a seguir:

#### São José dos Campos

Bioclin – Grupo Policlín  
CDA – Centro Diagnóstico Andrade  
Cipax – Medicina Diagnóstica (matriz)  
Laboratório Oswaldo Cruz (matriz)  
LabviValle  
Plani – Medicina Diagnóstica  
Sabin Diagnóstico e Saúde (centro)  
Valeclin Laboratório (sede)  
Clínica Medsel  
Clínica Prime  
Clínicaimes  
Vitta Medicina e Saúde  
Clínica Medvale  
Clínica Sul – Santa Casa  
Clínica Artére  
Cian – Clínica De Ouvido, Nariz e Garganta  
Cipax  
Clínica Ella  
Fcs Diagnóstico Odontológico  
Inspire Psicologia  
Inevora – Dermatologia Integrativa Avançada  
Clínica Lattere  
Plani  
Ortodoc

19.12 Para a assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá comprovar que sua rede assistencial possui, **de imediato**, a quantidade mínima de prestadores estabelecidos neste Termo de Referência, de acordo com os municípios.



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

19.13 A comprovação da rede credenciada deverá ser realizada por meio do envio de relação em planilha do Excel, indexada por município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço, telefone.

19.14 Caso seja necessário, outros estabelecimentos poderão ser contratados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

19.15 A empresa contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do Contrato, a rede assistencial mínima prevista neste Termo de Referência.

19.16 Na ocorrência de descredenciamento de qualquer prestador integrante da rede assistencial mínima durante a vigência do ajuste, a contratada deverá proceder à substituição dentre aqueles constantes relacionados nos subitens 19.1 a 19.13, com a devida comunicação a Câmara de Vereadores.

19.17 Na impossibilidade da substituição, devidamente comprovada, a contratada poderá propor outro estabelecimento, desde que equivalente ao prestador descredenciado e com anuência prévia da Câmara de Vereadores, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

## 20 RELATÓRIO GERENCIAL DE ACOMPANHAMENTO

20.1 A contratada deverá enviar até o dia 10 do mês subsequente à utilização dos serviços, relatório gerencial contendo, ao menos:

- a) Quantitativos de movimentações cadastrais, emissões de cartões de identificação, autorizações prévias para procedimentos, pedidos de reembolso cadastrados e pagos, e credenciamento e descredenciamento de prestadores no período;
- b) Dados de utilização e gastos com serviços, discriminados por tipo de evento (consultas, internações, pronto atendimento e serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento) e forma de acesso (rede assistencial própria/contratada ou livre escolha de prestador);
- c) Sinistralidade e apurada (mensal e acumulada);
- d) Indicadores de graus de risco da carteira e desvios verificados.





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### 21 ESTIMATIVA DE DEMANDA DE SERVIÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Item	Descrição Resumida	Valor Total Mensal Estimado (R\$)	Valor Total Anual Estimado (R\$)
1	Plano de Saúde para atendimento de beneficiários conforme Termo de Referência.	54.719,94	656.639,24



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

#### REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto conforme abaixo discriminado, de acordo com o Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

**1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:** Informar a Razão Social, o CNPJ/MF, a Inscrição Estadual, o Endereço e o Telefone, o Endereço Eletrônico, o Nome do Representante Legal, Cargo, Número do RG e do CPF.

**2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO OFERECIDO:** Indicar o preço unitário (**somente duas casas decimais, após a vírgula**) e valor total do item, conforme modelo da tabela acima no Termo de Referência (*adicionar quantas linhas for necessário para o fechamento da proposta*).

Item	Descrição Resumida	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Plano de Saúde para atendimento de beneficiários conforme Termo de Referência.		

#### 3. VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Validade da proposta: \_\_\_\_\_ ( ) dias.

*(não poderá ser inferior a 60 dias, contados da data de abertura das propostas virtuais)*

Prazo de entrega: \_\_\_\_\_ ( ) dias.

Juntamente com a proposta, o fornecedor deverá apresentar a especificação técnica, marca, modelo/série/código do fabricante de modo a comprovar o pleno atendimento das exigências.

O valor total proposto acima contempla todas as despesas necessárias à plena entrega do objeto, tais como, impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

#### 4. LOCAL E DATA

(OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ n.º ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

4) Declaramos para os devidos fins que inexistem fatos impeditivos para habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5) Declaramos para os devidos fins que nos encontramos em situação regular perante o Ministério do Trabalho;

6) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a)Sr.(a) ....., Portador do RG sob n.º ..... e CPF n.º ....., cuja função /cargo é ..... (sócio administrador/Procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do instrumento contratual e demais documentos relacionados à sua execução.

7) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

8) Caso haja alteração de sede, telefone ou e-mail, comprometo-me em informar oficialmente a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA**

DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

\_\_\_\_\_ (nome do licitante), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) COOPERATIVA, que preenche as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### ANEXO V - CREDENCIAMENTO

(Razão Social da Empresa), (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da célula de identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 04/2024, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, bem como formular propostas, manifestar a intenção de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, para fins de representar plenamente a outorgante no presente processo licitatório.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e identidade do declarante

(OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA E A EMPRESA \_\_\_\_\_, para a prestação de assistência médica para a cobertura de serviços médico-hospitalares na segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio e diagnóstico aos servidores da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, plano coletivo empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.

De um lado, a **CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA**, situada na Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Mombaça, Pindamonhangaba/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 53.327.359/0001-34, neste ato representada pelo Sr. **FRANCISCO NORBERTO SILVA ROCHA DE MORAES**, Presidente da Câmara de Vereadores, portador do RG n.º .... SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º ..., de ora em diante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_, n.º \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_/SP, representada pelo Sr. \_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob n.º \_\_\_\_\_, na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, na qualidade de adjudicatária no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024**, cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, de acordo com as normas emanadas da Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentares, em sua redação atual e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro, com as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de assistência médica para a cobertura de serviços médico-hospitalares na segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio e diagnóstico aos servidores da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, plano coletivo empresarial, sem coparticipação, pelo período de 12



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

(doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.

1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, nesse ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de \_\_\_\_ de 2024; e os novos preços definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 - Execução indireta, através de empreitada por PREÇO GLOBAL.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

3.1 - O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos do art. 140, inciso I e parágrafos, da Lei Federal 14.133/2021, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes do documento citado em 1.2.

3.2 – A CONTRATANTE designará servidor para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, o qual deverá receber definitivamente o produto, dispensando o recebimento provisório, por se tratar de serviços profissionais.

3.3 - O recebimento definitivo não exime a contratada de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade e correção dos serviços prestados.

### **CLÁUSULA QUARTA- DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura.

4.2 - O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão de Autorização de Serviço.

4.3 - Este contrato vigorará durante todo o período de execução do serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei Federal 14.133/2021, em sua redação atual, persistindo, no entanto, as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia do referido objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO**

5.1 - O valor total do presente contrato é de R\$\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), durante o período de vigência deste.

5.2 - Será emitida Nota de Empenho, no importe de R\$\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), por conta da dotação orçamentária **3.3.90.39.50 - Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais**,



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

para atender às despesas inerentes a este contrato, durante o corrente exercício.

5.3 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização desta documentação.

5.4 - Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, e nos termos da proposta apresentada, o pagamento será efetivado pela Tesouraria da CONTRATANTE, mediante depósito em conta bancária da CONTRATADA, através do **Banco \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, c/c \_\_\_\_\_**.

5.5 - Os preços contratados não sofrerão nenhuma espécie de atualização, durante o primeiro ano de vigência desta avença, salvo as decorrentes de alterações em alíquotas de tributos que venham a ocorrer após a apresentação da proposta comercial, pela CONTRATADA, e em nenhuma hipótese será concedida atualização de preços sobre parcelas em atraso. Uma vez transcorrido esse prazo poderão ser corrigidos pela variação do IPC-FIPE observada no mesmo período, ou por índice oficial que vier a substituí-lo.

### CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1 - Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária deverá respeitar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início dos serviços ou do último reajuste.

6.2 - O Reajuste Financeiro visa compensar as perdas decorrentes da inflação. Os preços praticados no contrato serão reajustados financeiramente pelo índice IPC - Saúde, divulgado pela FIPE.

6.3 - O Reajuste Técnico visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste e será aplicável quando a sinistralidade acumulada no período de 12 (doze) meses, contados da data de início dos serviços ou do último reajuste, ultrapassar os 0,70 (setenta centésimos) ou 70% (setenta por cento).

6.4 - A Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será o resultado da divisão entre gastos assistenciais apurados e a receita de contraprestação pecuniária durante o período analisado, sempre pelo regime de competência. Se a Sinistralidade estiver acima de 0,70 (setenta centésimos) ou 70% (setenta por cento), a contraprestação pecuniária poderá ser reajustada, de acordo com seguinte equação:

$$S = \Sigma Ga / \Sigma Rc$$

$$IR = [(S / 0,70) - 1] * 100$$

Em que:

S = Sinistralidade.

Ga = Gastos assistenciais apurados pela Contratada no período analisado.



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

**Rc** = Receita de contraprestação pecuniária recebida pela Contratada no período analisado.

**IR** = Índice de Reajuste (em %).

**0,70** = Limite de Sinistralidade

6.5 - Caberá à CONTRATADA a iniciativa revisional por Reajuste Técnico, devendo a solicitação contemplar a memória de cálculo e o demonstrativo da receita de contraprestação pecuniária e das despesas assistenciais, por evento, consideradas para a apuração da sinistralidade.

### CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Executar os serviços objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação, observando as orientações recebidas da CONTRATANTE, permitindo o acompanhamento e a fiscalização dos mesmos.

7.2 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

7.3 – Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessários.

7.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

7.4.1- A CONTRATADA renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

7.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

7.6 - Fazer prova da regularidade para com o INSS - Instituto Nacional do Seguro



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

Social, mediante a apresentação de CND - Certidão Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação de CRF - Certificado de Regularidade do FGTS e perante a Justiça do Trabalho, com a apresentação de CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Todas as certidões, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal, deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitida e apresentada à CONTRATANTE.

7.7 - Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA ou de eventuais sub-contratantes, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES**

8.1- O contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, recuperação judicial, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que estas prejudiquem a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessação ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial deste contrato ou a recusa no fornecimento de informações relacionadas ao mesmo ensejará sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 137, no modo previsto pelo artigo 138, com as consequências estabelecidas no artigo 139, todos da Lei Federal 14.133/2021, em sua redação atual.

8.2 - A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal 14.133/2021, nos seguintes termos:

8.2.1- Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre o valor total da autorização para fornecimento, ou documento equivalente, pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar a autorização para fornecimento, ou documento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item 13.1 do edital; e pela apresentação de declaração de cumprimento dos requisitos, conforme os anexos, sem que a referida documentação esteja integralmente contida no respectivo envelope;

8.2.2- Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre a parcela não executada do ajuste decorrente deste certame; ou por material não aceito pela contratante e não substituído no prazo fixado por esta, prazo este que não excederá 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

8.2.3- Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, até o décimo quinto dia;



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

8.2.4- Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, a partir do 16º dia, até o trigésimo dia, configurando-se, após esse prazo, a hipótese de rescisão unilateral da avença por parte dessa Administração pela inexecução, parcial ou total, de seu objeto.

8.3 - A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.

8.4 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

8.5 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

### **CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS**

9.1- Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

9.2- Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

10.1 - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, ou as de eventuais subcontratadas, contratadas, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

10.2- Fica acordado que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA**

11.1 - A CONTRATADA fica dispensada, neste ato, da prestação de garantia prevista no





# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

artigo 96 da Lei Federal 14.133/2021, em sua redação atual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA NOMEAÇÃO**

12.1 - Será nomeado, mediante portaria específica desta Casa, um servidor que será denominado Gestor do Contrato, ficando responsável pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução do contrato, para fins do disposto no artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, em sua redação atual, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência dos produtos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pindamonhangaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

**FRANCISCO NORBERTO SILVA ROCHA DE MORAES**

Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Responsável da Contratada



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (Redação dada pela Resolução Nº 11/2021)

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADO: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1.** Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2** Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

**FRANCISCO NORBERTO SILVA ROCHA DE MORAES**  
Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

**Contratada**